

Normatização do Uso de Software na UFG - Um Relato de Experiência

Prof. Dr. Hugo A. D. do Nascimento

Coordenador de Informática/PRODIRH
Diretor do Centro de Rec. Computacionais (CERCOMP)
Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO

hadn@inf.ufg.br

Fernando Cesar S. da Mota

Chefe da Divisão de Sistemas do CERCOMP
Universidade Federal de Goiás, Goiânia-GO

fernandomota@cpd.ufg.br

1. Introdução

As dificuldades financeiras pelas quais passam as universidades federais brasileiras, em sua maioria, e os problemas relacionados aos baixos salários de seus servidores são bem conhecidos no meio acadêmico. Frente a tais questões emergenciais, para as quais quase nunca se obtém soluções satisfatórias, e à constante preocupação em crescer e atender à sociedade, decorrente das pressões externas e internas das próprias IFES, muitos aspectos técnicos e até mesmo éticos de Tecnologia da Informação (TI) terminam por serem deixados de lado nessas instituições, empurrados para debaixo do tapete. Esse é o caso, por exemplo, do uso de software na universidade, o qual é freqüentemente considerado um assunto pouco importante.

Nesse contexto, quando assumimos a administração do parque computacional de TI da UFG em 2006, passamos a analisar sob um olhar mais amplo e crítico o processo de aquisição e uso de software em nossa universidade. Nos deparamos então com três problemas graves:

1. A falta de conhecimento de parte da comunidade universitária dos custos de vários programas de computador proprietários considerados fundamentais para o trabalho na instituição, como editores de texto, planilhas eletrônicas e aplicações de processamento gráfico.
2. A total falta de conhecimento ou descaso em relação às licenças de software e ao vínculo que elas estabelecem entre o proprietário do software e quem realiza a instalação ou usa o produto. Isso inclui descaso ou desconhecimento quanto aos direitos e deveres dos usuários e quanto às penalidades cabíveis em caso de descumprimento dos termos da licença.
3. O sentimento por parte de muitos (professores, funcionários e até mesmo alunos de pós-graduação) de que as máquinas que regularmente usam na universidade são propriedades suas, de que podem instalar o que quiserem nas mesmas e de que o controle dos programas na máquina é exclusivamente seu.

As conseqüências desses problemas puderam ser percebidas tanto na área acadêmica quanto administrativa da universidade.

No ambiente acadêmico, muitos professores davam aulas ou passavam trabalhos que dependiam do uso de software proprietário em casa ou no laboratório, já admitindo previamente que os alunos teriam acesso a esse programa de computador, mesmo que por meio ilícitos. Assim, indiretamente incentivavam a pirataria e contribuíam para formar profissionais com sérios problemas éticos e de conhecimentos legais.

Na área administrativa, o quadro não era diferente. Em muitos órgãos, o desconhecimento ou desrespeito aos direitos autorais e licenças dos programas ocorria com freqüência e era justificado pelas dificuldades burocráticas e orçamento limitado para a aquisição de programas legais. Também identificamos a falta de uma política que institucionalizasse e padronizasse as ferramentas de escritórios a serem utilizadas na universidade. O critério de escolha era deixado a cada usuário.

2. Processo de Normatização do uso de Software

Visando minimizar esses problemas, decidimos então desenvolver um projeto de normatização do uso de software, o qual foi batizado de Projeto Software Legal. O projeto adota dois princípios básicos:

- *respeito às licenças de uso de software* – neste caso, combate-se a pirataria e a apropriação indevida de qualquer programa de computador. É importante lembrar que a instalação e utilização de software proprietário sem a devida licença legal implica em multa de até 3000 (três mil) vezes o valor de cada cópia irregular, além de ordem de prisão. O software livre também é distribuído sob algum tipo de

licença, com penalidades caso seja desrespeitadas.

- *acesso social facilitado aos programas de computador mais fundamentais* – foi considerado que não apenas os alunos, professores e funcionários da universidade, mas toda a comunidade em geral deveria ter acesso facilitado aos principais tipos de programa de computador, tais como: editor de texto, sistema de planilha eletrônica e navegador Web. O acesso facilitado significa custo reduzido (ou nulo) para se adquirir/installar esses programas e a possibilidade dos mesmos rodarem na principais plataformas de hardware utilizadas na instituição e na sociedade.

As principais ações previstas no projeto são:

- esclarecer a comunidade universitária sobre os princípios acima e realizar mudança cultural no que tange a aquisição e o uso de software;
- levantar os programas de computador utilizados na universidade;
- escolher formatos padrões de arquivos para intercâmbio de dados na instituição;
- definir programas de computadores fundamentais como padrão para a UFG, de acordo com os princípios do projeto;
- introduzir os programas padrões na universidade e treinar usuários no uso dos mesmos;
- regularizar as licenças de software proprietário, através da aquisição de novas licenças ou pela substituição desse software por programas livres equivalentes;
- especificar equipamentos que suportem os tipos de software definidos como padrão; e
- monitorar o cumprimento das metas do projeto.

O projeto foi pensado em momento oportuno, uma vez que nos deparamos de imediato com a situação de ter de distribuir cerca de quinhentos microcomputadores adquiridos na gestão anterior e de definir as especificações para compra de novos equipamentos no ano corrente. Desta forma, a primeira ação foi tentar chegar a um acordo inicial com alguns órgãos da administração da UFG sobre os tipos de sistemas operacionais e aplicativos fundamentais que deveriam rodar nos computadores. Como resultado, ficou definido que todos os equipamentos deveriam ser compatíveis com Linux, mesmo que inicialmente rodassem sobre sistema operacional Windows. Isso porque, futuramente, essas máquinas poderiam ser utilizadas na composição da infraestrutura de roteadores e de servidores da rede UFGNET, a qual roda sob Linux. Além disso, definiu-se que a suite de escritório padrão seria o OpenOffice/BrOffice.

Uma segunda ação do projeto seguiu-se, a qual foi a de migração para o OpenOffice na UFG.

2. Migração para BrOffice

Decidimos por realizar a migração para BrOffice primeiramente no âmbito da administração da Universidade, onde a utilização das suites de escritório é mais simples e o sentimento de propriedade das máquinas é menor. O processo, que ainda está em realização, é aplicado em um grupo inteiro de órgãos por vez, e consiste de seis etapas:

1. Acordo com o diretor do órgão para realizar o processo.
2. Envio de ofício informando os servidores do órgão sobre o processo (justificativas, etapas e etc.).
3. Instalação do BrOffice em todos os computadores do órgão.
4. Treinamento dos servidores em três módulos consecutivos: Writer (15-20 horas), Calc (15 horas), Impress (5-10 horas), com enfoque em migração. Todos os servidores têm que realizar o treinamento ou justificarem por escrito seu pedido de dispensa; contudo, apenas os módulos relacionados com o seu trabalho são compulsórios. Cada funcionário a ser treinado recebe uma apostila impressa de 50 páginas com uma revisão do material de aula e um CD contendo software livre e apostilas em PDF. Além disso, duas cópias de todas as apostilas de OpenOffice do Metrô de São Paulo são enviadas para o diretor do órgão, para serem utilizadas como guia de referência mais completo.
5. Após o treinamento, ocorre a remoção das licenças de MS Office não legalizadas.
6. Atendimento aos usuários através de e-mail ou ordens de serviço, enviados para um grupo de suporte.

O treinamento de sete órgãos já foram realizados em 2006, incluindo três pró-reitorias. Percebemos que o principal efeito do treinamento foi minimizar o receito da migração, enquanto que o aprendizado efetivo só ocorreu após a desinstalação do Ms Office. Deste modo, o mês subsequente de suporte é imprescindível para o sucesso da migração.

3. Conclusão

Em um período de 12 meses iniciamos um projeto que, pela primeira vez, procura normatizar o uso de software na UFG. Os benefícios dessa normatização são claros: (1) garantir a legalidade dos software utilizados na universidade e dar aos alunos uma formação ética e conceitual correta; (2) garantir maior interoperabilidade entre os aplicativos através da definição de formatos padrões para os documentos; e (3) reduzir custos para instalação e suporte ao usuário.

Diversas ações foram realizadas dentro do projeto. Alguns dos resultados do mesmo, como uma lista de aplicações padrões de software livre utilizados nos treinamentos de BrOffice, podem ser acessados nos seguintes sites: <http://www.inf.ufg.br/~hadn/treinamento> e <http://www.cercomp.ufg.br/page.php>.

O projeto está sendo realizado de forma gradativa mas constante. Há necessidade, contudo, de maior investimento em propaganda, visando reverter o quadro cultural atual. Algumas ações que estamos planejando para esse fim são: divulgar o projeto através de discussões nas reuniões da Câmara de Graduação, organizar seminários e divulgar notas informativas sobre o projeto nas listas de discussões e no rodapé dos contra-cheques.